



Município de Macedo de Cavaleiros

Assembleia Municipal

Parte respetiva da ata n.º 5/2015 da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, realizada no dia 27 de novembro de 2015

----- PUNTO DOIS PUNTO ONZE – PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2016 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e seis de outubro de dois mil e quinze, que se transcreve: “ *Relativamente à proposta de Orçamento e Opções do Plano o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte declaração: “As Grandes Opções do Plano e Orçamento de dois mil e dezasseis são representativas da evolução conjuntural e da forma responsável como tem sido seguida a adaptação à mesma. O Orçamento dois mil e dezasseis, tal como os orçamentos anteriores apresentados por este Executivo, reflete a responsabilidade que assumimos perante as pessoas, devolvendo-lhes a confiança necessária através da criação de instrumentos que lhe amenizem a instabilidade que ainda é sentida. É, por tal, um documento representativo do compromisso que assumimos desde o início: o bem-estar da nossa população. As bases que nos têm servido de orientação mantêm-se no Orçamento dois mil e dezasseis. Queremos melhorar a vida das pessoas, sem prescindirmos da gestão rigorosa e do controlo orçamental. As nossas prioridades permanecem inalteradas, ocupando os investimentos na educação, nos âmbitos social, cultural e desportivo, o maior destaque. A criação dos programas “Macedo Educar” e “Macedo Cuidar” é um claro reflexo dessa vontade de melhor servir a nossa população. Queremos, mantendo o mesmo rigor, persistir nos apoios que temos vindo a providenciar às famílias. O Orçamento dois mil e dezasseis contempla, por isso, uma nova redução na participação variável do IRS, bem como a introdução do “IMI familiar” para agregados com vários dependentes. Entrámos numa nova fase de apoios comunitários ao abrigo do Norte 2020. Queremos, para o horizonte temporal dos próximos sete anos, dotar a nossa cidade e o nosso concelho de condições de excelência que sirvam de atrativo para a fixação de pessoas e empresas. De acordo com essa meta, foram já delimitadas duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para a cidade e para Travanca, existindo já um PARU (Plano de Ação de Reabilitação Urbana). Não nos esquecemos da mobilidade urbana através do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável). As comunidades desfavorecidas, através do PAICD (Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas), serão também contempladas. Todos estes documentos e respetivas candidaturas constam do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), que contém os elementos de suporte à candidatura da Câmara Municipal à contratualização respetiva.-----*

----- Os documentos disponibilizados para apreciação espelham as opções que defendemos desde o início, num princípio de grande responsabilidade perante os Macedenses,

baseadas na independência em relação a apoios financeiros externos, mantendo a gestão rigorosa e a consolidação orçamental, de forma a tornarmos Macedo de Cavaleiros numa cidade e num concelho de referência, tornando este território cada vez mais apelativo para a população e para o tecido empresarial".-----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuela dos Santos** disse que, na sua opinião, e porque este documento é complexo, especialmente para ela que não tem qualquer formação nesta área, pensa que o mesmo devia ter chegado aos Vereadores com mais tempo e numa linguagem mais simples, pois de um modo genérico acabou por ficar pouco esclarecida sobre algumas coisas constantes do documento. Solicitou também que, se fosse possível, gostaria de no final do ano ter acesso àquilo que cada Associação recebeu do Município, aí incluído o apoio logístico, para poderem ter uma noção daquilo que cada Associação recebe do Município.-----

----- De seguida **o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** fez referência a uma questão que lhe parece, neste documento, bem evidenciada, ou seja, o facto de estarem já a discutir um orçamento mais ou menos arrumado. Prosseguiu dizendo que o orçamento tem vindo a ser melhorado, principalmente neste mandato, pois nos anteriores surgia o problema da rubrica "outros" e que neste está já mais reduzida e distribuída por rubricas mais específicas e funcionais. No entanto considera que dos objetivos definidos pelo Executivo no presente orçamento, apenas lhe parece que o apoio às necessidades básicas das pessoas mais carenciadas, parece mais cuidado no presente documento. No que diz respeito àquilo que é a parte da atração do investimento e do turismo coloca as suas dúvidas e segundo o seu ponto de vista já não é tão cuidado como isso. Por um lado, para um Município que pretende investir nestas duas áreas, tem uma despesa de capital extremamente reduzida, ou seja cerca de 19% do orçamento, a que correspondem 3,2 milhões de euros, o que prova alguma carência nesta natureza. Referiu que tem conseguido perceber que tem sido política desta Câmara não transpor para os Planos de Atividades e Orçamento aquilo que poderão ser compromissos futuros, no sentido de esperar pela sua programação em termos de Programas Comunitários, neste caso em concreto do Programa 2020, sendo que em dois mil e treze não era oportuno, em dois mil e catorze a mesma coisa, mas, confessa que no corrente ano já esperava ver neste orçamento qualquer coisa mais, mas a realidade é que ainda não tem indicadores que lhe permitam dar enquadramento aos objetivos do Senhor Presidente, ressaltando alguns como é o caso da Reabilitação do Quartel da GNR, questão protocolada com o Ministério da Administração Interna, Paragem de Camionagem e ainda uma verba no Fomento Empresarial. Parece-lhe pois muito pouco se tiverem em conta aquilo que Macedo necessita para fazer face aos objetivos definidos neste orçamento, nomeadamente no que às ARU (Áreas de Reabilitação Urbana), diz respeito, pois não consegue ver refletido no presente orçamento esta questão e não será certamente nos arruamentos e nas redes viárias que poderá visualizar isto.-----

----- Relativamente à questão das Áreas de Reabilitação Urbana **o Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que já foi efetuada a Candidatura ao Programa Norte 2020,

seguindo-se o momento da audição da parte interessada, indo posteriormente para outra Entidade e só depois havendo o desenvolvimento e aprovação da Candidatura sendo este o motivo para esta intenção ainda não estar vertida neste documento.-----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuela dos Santos** disse que se considera leiga nesta matéria, no entanto seria mais fácil interpretar o documento se nele constassem quais são as ações que vão ser feitas para que haja promoção do crescimento económico os próprios objetivos serem acompanhados das ações e ser dito o que vai ser feito neste sentido.-----

----- **O Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** continuou dizendo que no que diz respeito à evolução da receita desde logo se coloca uma questão relacionada com os rendimentos de propriedade, havendo uma grande disparidade dos valores de dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, notando-se que em dois mil e quinze estavam inscritos nesta rubrica de rendimentos de propriedade, três milhões quatrocentos e um mil euros, e em dois mil e dezasseis acontece uma redução brutal de um milhão e oitenta e dois mil euros. Prosseguiu dizendo que gostaria, portanto, de perceber o que está aqui mal orçamentado, se é o valor de dois mil e quinze ou o de dois mil e dezasseis.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que no ano de dois mil e quinze os rendimentos de propriedade contemplavam uma receita que seria proveniente do processo de verticalização das águas, mas como esse processo não se concretizou o ano de dois mil e dezasseis só conste como receita aquilo que é proveniente da receita da EDP e das Eólicas.----

----- No que à venda de bens e serviços diz respeito **o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** disse que neste documento se regista um acréscimo de 33,7% em relação ao do ano anterior, deixando-o um pouco confuso porque representa um aumento significativo que só compreende se lhe disserem que contam com um aumento da população, o que é improvável, ou então porque contam com algum evento específico, o que também não será o caso. Pressupõe portanto que isto pode ter a ver com vendas de água e de taxas de saneamento. Disse também que tem muita dificuldade em perceber isto, pois face àquilo que tem sido o histórico, às melhorias que se falam e que ao longo das reuniões de Câmara vão falando, é difícil perceber que haja neste documento um acréscimo de quase 1.280 mil euros. Referiu também que a estratégia que foi utilizada para o ano dois mil e quinze deveria ser, eventualmente, a que está a ser utilizada agora, nem que em meados do próximo ano fosse necessário fazer uma Revisão ao Orçamento, situação que nunca ocorreu com esta Câmara, facto que também estranha, porque significa que as coisas são estimadas demasiado bem.-----

----- Sobre esta questão **o Senhor Vice-Presidente da Câmara** informou que no documento do ano de dois mil quinze foi feita a previsão da receita referente a água e saneamento para meio ano, sendo acrescentada a receita proveniente da verticalização.-----

----- Relativamente à evolução da despesa **o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que na rubrica de aquisição de serviços se está perante uma brutal subida de dois mil e catorze para dois mil e quinze, seguida de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis de uma descida significativa, com uma redução de oitocentos e oitenta mil euros, pretendendo ser esclarecido como é que vai descer este valor entre a previsão de dois mil e quinze e a de dois

mil e dezasseis.-----

----- Devidamente autorizado pelo **Senhor Presidente da Câmara, o Chefe da Divisão Financeira**, respondeu que, neste caso, existem duas situações: uma é o acordo que irá haver por causa da dívida que está acumulada e a outra é acomodar tudo o que são previsões com encargos com a água para o ano de dois mil e dezasseis.-----

----- Quanto à aquisição de bens de capital no valor de 1 milhão 624 mil euros **o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** perguntou com o que tem especificamente a ver, nomeadamente se é com a beneficiação do Quartel da GNR. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** informou o Senhor Vereador que este valor não respeita apenas à beneficiação do Quartel da GNR, mas também à construção da paragem da camionagem, o campo de jogos, beneficiação e conservação de arruamentos, rede de abastecimento de água, infraestruturas na Zona Industrial e renovação da frota municipal.-----

----- **O Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** continuou pedindo que, logo que possível, lhe sejam fornecidos os valores do previsual a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis em termos de fornecedores, bancos e acordos de pagamento, para poder medir a estrutura da dívida face ao requisito legal e ao último relatório dos auditores.-----

----- Seguidamente e quanto à execução do presente orçamento, disse que é um documento de apoio bem elaborado e que, se o mesmo for para ser tido rigidamente em consideração é reconhecida uma boa evolução, não concordando apenas com a realização da despesa. Continuou dizendo que esta opinião não é nova, pois já vem de trás, tendo nomeadamente sido apresentada uma proposta à Câmara no sentido de, tendo em conta aquilo que é o processo de compras, a Câmara tivesse um procedimento muito mais rigoroso, por um lado porque o CCP (Código dos Contratos Públicos) assim o exige e por outro lado porque tudo isto é a boa gestão financeira da Câmara.-----

----- Relativamente à questão dos stocks, disse que não concorda muito que os haja, mas a regra do fornecimento contínuo também leva a que cada vez que a Câmara compre à peça acabe por pagar mais. Na sua opinião, o melhor seria prever as necessidades e eventualmente, ser definido um fornecedor, com quem seria feito um acordo com preços para todo o ano, fazendo um acordo-quadro até um determinado valor e, conforme fosse necessário, iam comprando, evitando desta forma os stocks, e o fornecimento contínuo, onde acabam por pagar aquilo que os fornecedores lhes quiserem cobrar.-----

----- Sobre esta questão **o Senhor Vice-Presidente da Câmara** respondeu que nos stocks entram as aquisições de inertes, combustíveis e pneus. Sobre estes é efetuado um concurso de fornecimento que depois é contínuo conforme as necessidades.-----

----- Ainda sobre a questão da responsabilidade e da identificação de quem valida a necessidade da compra, **o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que lhe parece complicado da forma como está a ser feito, pois *A posteriori* os vereadores é que têm de se “atravessar”. Continuou dizendo que no que às Opções do Plano diz respeito, na rubrica 07.01. com o valor de 207 mil e 500 euros de obras, perguntou que obras são e se há novas obras para fazer.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** disse que não têm grandes obras e que o valor da rubrica tem como objetivo, neste momento, acautelar e assumir a assunção de uma melhoria efetiva do emprego. Por outro lado, ou o processo de verticalização avança de uma vez por todos ou, a Câmara tem de intervir no sentido da melhoria da eficácia.-----

----- **O Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** questionou ainda o Senhor Presidente relativamente a outras rubricas, nomeadamente as 11.02 e 12.02, tendo de imediato sido esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Ainda sobre o orçamento da receita fez referência à questão de continuar a existir a rubrica “outros”. Quanto ao orçamento da despesa questionou o que é verdadeiramente imputável e não imputável. A esta questão respondeu **o Chefe da Divisão Financeira** dizendo que o que é imputável é o que advém das grandes opções do plano e o não imputável o que é estritamente referente ao orçamento.-----

----- Para terminar **o Senhor Vereador** disse que este orçamento anda todo ele em torno do quartel da GNR e é precisamente com isso que os Vereadores do PS não concordam, ou seja, não concordam que o presente orçamento acabe por andar à volta de pequenas coisas que são quase de gestão corrente.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que o Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto com certeza que compreenderá que aquilo que eram e foram, em tempos, as transferências do Estado para as Autarquias, diminuiu significativamente e a Câmara está também a pagar o que vai para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) que diga-se, é já uma fatia também significativa do orçamento.-----

----- **O Senhor Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** fez a intervenção que a seguir se transcreve: *“Senhor Presidente, é incomodamente persistente e recorrente aquilo que vimos dizendo, e repetimos que, olhando às Grandes Opções do Plano e Orçamentos apresentados pelos municípios do distrito ao longo dos últimos anos, constatamos o enorme e contínuo afastamento em relação àqueles que hierarquicamente estão acima de nós, nomeadamente os municípios de Bragança e Mirandela. Mas o mais preocupante é a constatação da nossa diluição nos restantes, onde já nos podemos comparar a municípios como Mogadouro, Vinhais e Moncorvo e a verificar-se esta tendência não estranharemos para nossa enorme tristeza que pela vossa mão chegaremos ao nível dos restantes, nomeadamente aqueles que têm vindo a apresentar cerca de 50% do nosso orçamento, casos como Carrazeda de Ansiães, Vila Flor entre outros. Isto não acontece por acaso, e é o resultado de catorze anos de sucessivas gestões PSD/CDS-PP de visão pequenina e redutora que passaram mais de dez anos a gastar à tripa forra sem uma estratégia para o concelho e cuja dívida acumulada, hoje, a sua redução, (e temos que ser justos, tem vindo a ser reduzida significativamente) é feita à custa do investimento que tanta falta faz para o desenvolvimento económico e social do concelho, em particular para ajudar a criar riqueza e consequentemente postos de trabalho para fixar a nossa juventude. Na apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e quinze, dizia o Sr. Presidente que tinha apresentado um documento de verdade, transparência e de rigor e por esse motivo passava a deixar de incluir (como foi usual durante muitos*

*mandatos, mesmo nos do Partido Socialista) em futuros documentos, a verba de um Euro para projetos e obras importantes que poderiam vir a ser elaborados e executados ao longo do ano correspondente. Dizia também em consequência disso, que na senda dessa visão de rigor, que esses projetos e investimentos seriam devidamente contemplados sempre que fosse uma certeza a sua concretização. Pois bem Senhor Presidente, atendendo ao documento que nos apresenta para dois mil dezasseis, estamos falados! Obras importantes para o concelho e em particular para a cidade, nem um Euro, nem projetos, nem investimentos de vulto! É este o trajeto, que, a continuar teimosamente em ser seguido, nos levará ao nível dos concelhos há pouco referidos. Lembro-me do Senhor Presidente há uns anos ter dito em relação à construção de um parque de estacionamento vertical no antigo cemitério (muito antes da construção do entretanto construído) que, “não se justifica”. Lembro-me de, em relação à construção da Biblioteca Municipal e Arquivo o Senhor ter dito que, “não se justifica”. Lembro-me bem ao longo dos últimos anos, sempre que a discussão da Central de camionagem veio à baila, aquilo que o Senhor Presidente foi dizendo, “não se justifica”. É óbvio Senhor Presidente que para nós que aqui andamos há uns anos também já percebemos que para si, para uma pessoa com a sua mentalidade, muitas das obras emblemáticas que esta terra foi reivindicando e que tanta falta lhe têm feito, para si Sr. Presidente “não se justificam” e isso mesmo prova este documento que nos apresenta, onde são refletidas as “suas” Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis onde afinal para si, “pouco se justifica”. E como nota final Senhor Presidente, como forma de avaliação deste documento que nos apresenta, transcrevo *ipsis-verbis* uma frase da declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista na aprovação do documento congénere referente ao corrente ano de dois mil e quinze que pelo exposto se encontra perfeitamente atualizado e adequado: “É um documento pobre, é um documento que mais uma vez reflete uma imensa falta de arrojo, de coragem e de empenhamento para fazer deste concelho e desta cidade aquilo que já um dia os macedenses sonharam”. -----*

----- DELIBERAÇÃO: Após análise, discussão e esclarecimentos prestados, a Câmara Municipal, por maioria de quatro votos a favor do Senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Luís Gonçalves Tomé Afonso e Rui Jorge da Silva Costa e três abstenções dos Senhores Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos, deliberou aprovar a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de dois mil e dezasseis.-----

----- Nos termos e para os efeitos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, mais foi deliberado submeter a proposta à Assembleia Municipal.-

----- **Os Senhores Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos** apresentaram a declaração de voto, que se transcreve: “Pelo exposto e pela análise feita ao documento pelo vereador Engenheiro Fernando Rui Castanheira Pinto, o sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista a este documento de apresentação de Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis é a

abstenção”.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que sobre o documento de Opções do Plano e Orçamento disse o seguinte: *“Subordinamos à apreciação desta Assembleia Municipal a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de dois mil e dezasseis, aprovada em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal no passado dia vinte e seis de outubro, com quatro votos a favor e três abstenções. À semelhança do ano transato, o órgão executivo procedeu, de novo, à aprovação de um documento que é a imagem de uma gestão de qualidade, baseada em princípios de rigor e transparência, adaptado responsabilmente aos condicionalismos existentes, mas numa clara demonstração da vontade de querer estar à altura dos desafios futuros que todos temos pela frente, na certeza do seu alcance e expectativa da sua superação. Não obstante os constrangimentos causados, quer pela exigência de consolidação das contas públicas, quer pela conjuntura económica, mantemo-nos inabaláveis e determinados na criação de condições favoráveis para a consecução dos objetivos estratégicos explanados nos documentos que aqui apresentamos. É nossa pretensão gerar circunstâncias para ir ao encontro das nossas prioridades, na premissa da base que nos tem servido de orientação: as pessoas. É para a nossa gente, para todos nós Macedenses, que trabalhamos afincadamente. Nesse contexto, apresentamos um orçamento que visa a consolidação de Macedo de Cavaleiros como um território turístico apetecível e uma atenuação dos efeitos da crise económica, particularmente para os mais desfavorecidos. A conceção dos programas “Macedo Educar” e “Macedo Cuidar” corresponde a essa determinação em priorizar as pessoas. Apostamos na educação, fomentando e apoiando a formação dos nossos jovens, ao mesmo tempo que investimos na atenção prestada à ação social, particularmente à nossa população mais idosa, correspondendo à vontade por nós, desde sempre, manifestada. Mantendo o mesmo rigor, persistimos no auxílio que temos vindo a providenciar às famílias. Uma nova redução na participação variável do IRS, assim como a introdução do “IMI familiar”, são contemplados no Orçamento dois mil e dezasseis. De acordo com as legítimas expectativas sufragadas pelos Macedenses, mantemos a visão a médio e longo prazo. Com as oportunidades criadas pela nova fase de apoios comunitários, ao abrigo do Norte 2020 pretendemos prover a nossa cidade e o nosso concelho, mediante os recursos a disponibilizar, de condições de atratividade que constituam este território como um exemplo de excelência, numa visão alargada para o horizonte temporal dos próximos sete anos.”*-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “*Saúdo todos os presentes e aproveito desde já para desejar a todos Feliz Natal e um bom ano de dois mil e dezasseis.*-----

----- *Aprecia-se hoje o terceiro orçamento deste mandato. O mandato está a meio mas, este orçamento, sendo para cumprir durante o terceiro ano, perspectiva já o que será a segunda*

metade do mandato. Se nos dois primeiros anos, com alguma boa vontade, vamos dando o benefício da dúvida a quem governa, na esperança de que o bom venha sempre a seguir, vemos agora que continuaremos até ao final do mandato com esta política de gestão corrente e falta de verdadeiras estratégias de desenvolvimento. É dito no enquadramento deste orçamento que a atual exigência de consolidação das contas públicas condiciona a política orçamental municipal obrigando a um grande rigor no sentido de assegurar uma gestão de qualidade. Ora, gastar pouco não é sinónimo de boa gestão, boa gestão é gastar bem, gastar com objetivos, é ter prioridades e governar em função dessas mesmas prioridades. No entanto também não se vislumbra neste orçamento que o caminho seja o de gastar pouco pois em certas coisas gasta-se bem mais do que se devia. Infelizmente deste orçamento conclui-se que se gasta sem saber bem quais as prioridades, consequência efetiva da falta de planeamento. Não digo que naveguem à vista, porque até com uma navegação à vista, se for bem-feita se consegue chegar ao destino, desde que saibamos qual o destino a que queremos chegar. É dito ainda no enquadramento que, apesar dos condicionalismos que, recorro estes condicionalismos e constrangimentos financeiros são fruto da má gestão dos executivos anteriores nos quais os senhores presidente e vice-presidente pertenceram e estiveram desde o início, dizia eu, apesar dos condicionalismos, são aqui apresentados objetivos estratégicos para o futuro do município, a saber: 1º Promoção do crescimento económico, aliado à criação de emprego, através da adoção de medidas e iniciativas que visem a atração de investimentos. Eu pergunto: Quais são essas medidas? Não as vemos neste orçamento. 2º Consolidar Macedo de Cavaleiros como Território turístico de excelência suportado por uma grande dinâmica cultural e desportiva. Novamente pergunto: Onde está esse investimento no turismo de excelência? Onde está essa dinâmica cultural e desportiva? 3º Atenuar os efeitos da crise económica, promovendo ações que visem atenuar os constrangimentos associados às necessidades básicas dos mais carenciados. Aqui, Senhor Presidente, e como toda a gente o veio cá hoje felicitar, também eu o felicito, porque aqui sim que se vêem ações dignas de nota, com objetividade e sejam elas bem implementadas que com certeza darão bons frutos.-----
-----Mas, concluindo, em três pontos essenciais dos objetivos do seu executivo, têm 33% de eficácia, porque dos três, só num é que consegue acertar e ter coisas dignas. É pouco, muito pouco, e digo mais, se não conseguir obter maior eficácia nos dois primeiros pontos, Macedo estará condenado a cada vez mais ter que apostar todos os seus esforços em cumprir o terceiro ponto pois por este andar, no futuro restarão apenas os mais carenciados e aqueles que gerem um orçamento virado para atenuar as necessidades desses mesmos carenciados. Em suma, este orçamento não passa de uma previsão de gastos correntes com uma ou outra obra, sem ambição e sem qualquer ideia do caminho que nos possa tirar da estagnação a que chegamos. A crise não serve de desculpa para tudo, a crise não afetou só o concelho de Macedo, afetou o país inteiro, e no entanto, temos aqui bem perto bons exemplos de concelhos que, não regredindo, conseguem mesmo um significativo desenvolvimento.-----
-----Gostava de deixar aqui algumas questões que pedía ao Senhor Presidente que me respondesse com objetividade: 1- Sabemos que existe um plano de pagamentos às Águas de

Portugal; pergunto se está a ser cumprido. Pergunto se para além dos pagamentos previstos nesse plano a Câmara tem pago as contas que chegam a cada mês. E já agora qual o montante da dívida atual às águas de Portugal e também qual a percentagem de perda de água? Da última vez que este assunto foi abordado aqui a perda era de quase 80% e por isso pergunto como é que está agora. 2- O Geoparque vai continuar a ser um mero parque temático com meia dúzia de sítios para visitar ou vai passar a ser uma verdadeira marca catalisadora de investimento e de desenvolvimento. Será que um dia teremos majoração nos financiamentos pelo facto de termos o geoparque? Será que um dia teremos candidaturas específicas para o turismo e agricultura no geoparque? Quando é que os macedenses poderão sentir reais vantagens em viver num território geoparque? 3- Quais as associações deste concelho que vão receber apoios e qual o seu valor? No Orçamento não conseguimos ver isso. 4 - Quais as freguesias que vão ter dinheiro para obras e que obras são essas? Será, como tem sido, só para algumas freguesias do seu partido? Ou será para todas por igual? É que nem mesmo as do seu partido o Senhor trata da mesma maneira. 5- Como justifica aos macedenses que a obra da praça dos combatentes tenha tido prioridade sobre uma paragem de autocarros com condições dignas para a população? Lá estão as prioridades senhor Presidente! 6- Quanto já custou e ainda vai custar ao município a história do Martins Gonçalves de Macedo que tão bem lhe venderam e que eu duvido que o Senhor a consiga vender aos macedenses e aos turistas? 7- Para quando uma intervenção no mercado municipal e nas vias adjacentes? 8- Para quando uma intervenção no edifício dos Paços do Concelho para que os trabalhadores do município tenham condições de trabalho, os munícipes sejam mais bem servidos e o próprio edifício transmita a dignidade que a nossa terra merece? 9- Para quando uma zona industrial a funcionar com todas as infraestruturas necessárias para que possa ser competitiva no panorama regional? 10- Para quando um novo pavimento nas principais ruas do centro da cidade? 11- Quais são as candidaturas que o município tem submetidas ou prontas para submissão. Como lhe disse estamos já no terceiro de quatro orçamentos possíveis e o que não planeou até aqui não vejo que o possa vir a fazer até ao fim do seu mandato. 12- Para quando o parque de campismo? 13- Para quando a beneficiação do centro hípico de Grijó? 14- Para quando uma ciclovia no antigo caminho-de-ferro? 15- Para quando a transformação em turismo rural de algumas das escolas das nossas aldeias?-----
----- Quem fala tanto em investimento no turismo não pode desprezar investimentos como este três ou quatro últimos que lhe falei. Muitas mais questões podia aqui colocar, mas acho que estas são para já suficientes se nos quiser esclarecer. Termino fazendo apenas referência aos duzentos mil euros previstos para a feira e festas de S. Pedro que em nosso entender não batem certo com as justificações que aqui foram dadas para a mudança de figurino na sua organização. Mais por menos diziam! Mais não vimos; Vimos diferente; Mas pelos vistos por menos também não vamos ver. Foi pelos vistos apenas uma questão de forma e não uma questão de conteúdo ou de valor!-----

----- Assim e no seguimento da posição dos nossos vereadores, cuja declaração de voto subscrevemos, o partido socialista vai abster-se nesta votação, não por falta de rigor nos números mas sim pela falta de sentido desses mesmos números.”-----

----- **EDGAR MANUEL RODRIGUES FRAGOSO (PSD)** – Fez uma breve abordagem à questão já aqui discutida relativamente ao IMI e ao IRS e no que ao IMI diz respeito disse que efetivamente no ano de dois mil e doze foi efetuada uma nova avaliação dos prédios por imposição de uma Lei já de dois mil e quatro. A fórmula é discutível e aconselha todos, que assim o entenderem a fazer uma nova avaliação do seu imóvel. Quanto às reduções, esta é feita de forma automática pois é o sistema que calcula mediante a fórmula. Quanto ao IRS é só consultarem a nota de liquidação deste imposto e logo vêem qual foi o benefício que obtiveram. Sobre o Orçamento lança o repto ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de arranjar uma forma de ajudar todas as Juntas de Freguesia pelo serviço que elas efetivamente também prestam. No presente orçamento verificam, que a algumas lhe foi atribuída verba mas a outras não. Como é o caso da sua Junta, a de Macedo de Cavaleiros que não tem qualquer verba atribuída em plano e orçamento e bem gostaria de ter.-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse que sobre este assunto já foi feito pelo Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas, um levantamento exaustivo de quase todas as situações. No entanto, mesmo assim, gostaria de dizer que o orçamento é parco, essencialmente para pagar despesa e não está a Câmara a fazer obra pois o capital é pouco e não chega pois não têm um orçamento com trinta ou quarenta milhões de euros. Na sua opinião também devia haver um plano orientador no sentido de saberem onde e no que vão investir, devendo este plano ser público e discutido na Assembleia. Questiona ainda se Macedo não tem capacidade para ter uma Central de Camionagem digna, pois continuam a ter as pessoas utilizadoras dos transportes públicos numa situação bastante precária e até desumana, quando existem bem perto Vilas, que têm as suas Centrais de Camionagem. Na sua opinião se estas instalações fossem para o “pessoal do caviar”, certamente já teria sido construída há muito tempo mas como é para o povo e por vezes para os mais pobres que muitas vezes nem dinheiro têm para comprar o bilhete está ali em condições desumanas, à chuva ao vento ao frio e ao calor.-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Informou a Assembleia Municipal que a Comissão de Desenvolvimento Económico da qual é Coordenador reuniu e dessa reunião foi elaborado o seguinte parecer: “ *Os documentos previsionais pretendem refletir a estratégia do Município para os próximos anos com maior incidência no ano imediato, neste caso dois mil e dezasseis. Tem de ser um plano rigoroso e fundamentado contudo não se pode deixar de lado a ambição necessária para proporcionar às gerações futuras melhores condições ao nível do bem-estar e do investimento. Uma apreciação mais detalhada deste tipo de documento requer que o mesmo seja disponibilizado com mais tempo de antecedência. A Comissão de Economia e Desenvolvimento reuniu para fazer uma análise do documento das opções do plano para dois mil e dezasseis e reteve a preocupação deste Executivo, no bem-estar das pessoas dando-lhes apoios na área da educação, com o reforço do apoio escolar ao 2.º ciclo, e diferenciação da*”

taxa de IMI em função do agregado familiar. No que diz respeito ao investimento o documento não é tão arrojado quanto se desejaria tendo apenas como investimento de grande vulto a reabilitação do Quartel da GNR e a Construção de uma Paragem de Camionagem. Assim, o documento reflete os tempos de contenção orçamental deixando a promessa de com a nova fase de candidatura ao programa comunitário 2020, termos em planos futuros maior abertura para investimentos necessários no nosso concelho. Existe uma preocupação grande por parte deste Executivo em diminuir a dívida total não deixando folga para o investimento estratégico no desenvolvimento económico e social do concelho. A preocupação que tem sido demonstrada em considerar o turismo como uma alavanca para fazer desenvolver este concelho com especial destaque para a Albufeira do Azibo e o Geoparque Terras de Cavaleiros devem ter por parte do Executivo uma maior preocupação nas condições de receção dos visitantes começando pela melhoria da pavimentação das ruas e avenidas principais da nossa cidade, entre outras. -----

----- Destaca-se também o evento, Festas e Feira de S. Pedro que no ano anterior teve alterações ao nível da organização, com a criação da Comissão de Festas da Cidade não refletindo redução ao nível de gastos e o reforço da posição da Feira da Caça e do Turismo como evento de projeção do concelho para o exterior. Salieta-se a disponibilidade desta Comissão para dar maior contributo na elaboração de planos futuros, de forma mais oportuna que permita a ponderação para inclusão nos documentos previsionais e não apenas uma análise de factos consumados sem uma discussão mais alargada.”-----

HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD) – Disse que relativamente à sua freguesia tinha como propósito falar na conclusão da obra da ETAR em Latães e do troço do coletor para ligar à ETAR. Sobre o documento, referiu que este se tornou mais claro e mais simples, conforme foi dito também pelo Senhor Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto em reunião de Câmara, que disse que este documento tem vindo a ser melhorado especialmente neste mandato, o que é verdade pois tem-se tornado mais claro e a aposta na redução da dívida e no Programa Portugal 2020, para a construção de obras e esperam que os projetos propostos sejam aprovados, como é o caso do Quartel da GNR e da Zona Industrial. De qualquer forma em termos de Orçamento dá os parabéns à Câmara e aos seus Técnicos pela forma como elaboram este documento. Disse ainda ao Senhor Presidente da Câmara que a sua Freguesia necessita de fazer dois arruamentos e a dotação prevista em plano não lhe chega nem de longe nem de perto, daí chamar a atenção do Senhor Presidente para esta necessidade.-----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Disse que relativamente à elaboração do documento ninguém tem dúvidas que nos últimos três anos esta tem vindo a ser melhorada substancialmente. Este documento tem uma matriz que é pagar a dívida do anterior e aí o Senhor Presidente da Câmara está a fazer um trabalho árduo, pois está a pagar o que foi gasto não se sabe onde. Para ele é também uma grande preocupação porque não vê neste documento investimento no Turismo. Em termos de investimento previsto têm a construção da Paragem de Camionagem e ainda a Reabilitação do Quartel da GNR, e sobre este gostaria de saber em quanto é que a Autarquia vai comparticipar esta obra. No que ao apoio social diz

respeito fez referência aos Programas “Macedo Educar” e “Macedo Cuidar”, e são ambas propostas que apoiam. Ainda sobre a rubrica para aquisição de contadores dotada com dois mil e quinhentos euros para a aquisição de contadores disse que este valor é muito insuficiente se tiverem em conta as necessidades. Outra questão é a dotação prevista para pagamento às Águas de Trás-os-Montes e à Associação de Municípios que aparece pela primeira vez e sobre esta questão deixa só uma pergunta. E, se a verticalização não for feita, como é que ficam? Disse ainda que neste plano não se reflete o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nem o PARU, nem tão pouco o PEDU. Por último referiu-se às verbas para as Freguesias, que se encontram asfixiadas, não sendo detentores de dinheiro para nada. Sugeriu que tirem algum dinheiro de outras rubricas por forma a poderem distribuir, por bem pouco que seja, algum para todas as Juntas de Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que respondeu ao Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas dizendo que a agenda da Câmara Municipal contempla tudo aquilo que ele elencou e não fica qualquer dúvida que a imaginação da Câmara é tão grande quanto a do Senhor Deputado e é óbvio que podem ir a todo o lado e atingir tudo aquilo que quiserem se efetivamente tiverem dinheiro para o poder gastar. Pergunta ao Senhor Deputado se de facto vive em Macedo e se viu o que aconteceu durante todo o ano e a realidade que foi os meses de junho, julho e agosto e a quantidade de pessoas que visitaram Macedo com o conseqüente lotação dos hotéis e das casas rurais com as pessoas que vieram passar férias ao concelho de Macedo, tudo fruto do trabalho desenvolvido também pelas praias e pelo Geoparque, que é um projeto de gerações e todos temos de viver na realidade e o dia-a-dia.-----

----- Disse ainda que já está concretizado e assinado pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN) o pacto para o desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, sendo Macedo de Cavaleiros parte integrante da CIM-TTM, ou seja é um dos promotores deste quadro de investimentos. Neste sentido estão já contratualizados, três investimentos para o concelho de Macedo cujo destino é o Município de Macedo de Cavaleiros e estes não foram colocados no plano e orçamento, porque ainda não há regras para saber como se pode gastar esse dinheiro que já está destinado ao Município de Macedo. São três os investimentos: - a reabilitação energética dos Paços do Concelho, a recuperação do Pavilhão Municipal e a construção de um novo hangar no heliporto municipal. Isto são investimentos e estratégias e é óbvio que estão a falar de política e cada um tem a sua visão nesta matéria. Os investimentos consagrados para Macedo neste pacto não se limitam a estas intervenções. Disse que têm áreas distintas e várias que vão desde o apoio social, educação, empreendedorismo ate à implementação de plataformas de informação e cabe a Macedo uma fatia de aproximadamente 13%, sou seja, um montante aproximado de 3,4 milhões de euros o que perfaz a módica quantia de seis milhões de euros, que não estão refletidos no Plano como já tinha referido. Estão também cientes de todos os desafios que se aproximam, sabem bem quais são as prioridades do concelho, quais as condições necessárias para cativar mais população e também o Executivo deseja que mais pessoas visitem Macedo.

Sabem bem quais os requisitos necessários para atrair pessoas e empresas e nesse sentido, de forma a habilitar a candidatura através do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), procedemos, antecipadamente, à delimitação de duas ARU (Área de Reabilitação Urbana), correspondentes à cidade e a Travanca, com a respetiva sequência num PARU (Plano de Ação de Reabilitação Urbana). Constan ainda do PADU (Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável) e o não menos importante documento de suporte para o apoio às comunidades desfavorecidas, o PAICD (Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas). Estes são os três planos que contemplam o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Macedo de Cavaleiros. Também num princípio de grande responsabilidade não prescindem destas opções e das que defendem, sempre em prol de Macedo, dos macedenses e de todos os que os visitam. São portanto vinte e nove os Municípios candidatos a esta medida e contas por alto se forem repartidos de acordo com o FEF dá-lhes a módica quantia de catorze milhões de euros, com projetos bem definidos, bem elaborados e bem executados que a Câmara terá e depois será obviamente dado conhecimento destes também à Assembleia Municipal.-----

----- No que às Freguesias diz respeito, anuiu que de facto a Câmara está em falha com estas e vai ser já no início do próximo ano que a Câmara irá atribuir competências de acordo com a Lei 73/2013 e a quem quiser assumir essas competências ser-lhe-á ser dado um envelope financeiro.-----

----- Ao Deputado Municipal, Adalberto Fernandes retorquiu que a qualquer momento podem fazer uma modificação ao orçamento. Basta que as candidaturas sejam aprovadas e o resto rapidamente se faz.-----

----- Prosseguiu afirmando que foram já nesta Assembleia Municipal apreciados dois projetos que foram também hoje aprovados, por unanimidade. Os programas “Macedo Educar” e “Macedo Cuidar” que são de extrema importância para o concelho.-----

----- Em resposta ao Deputado Municipal, Carlos Camelo que na sua intervenção referiu haver falta de ambição no documento, o Senhor Presidente afirmou que certamente, ter-se-á tratado de um engano dado que ambição é coisa que não lhes falta. Vivem cá e de uma forma muito aguerrida pois gostam muito de estar cá. Aceitam com certeza e de bom gosto a sugestão da Comissão de Desenvolvimento Económico para poderem fazer outro trabalho em termos de futuro.-----

----- O Senhor Deputado Municipal, Humberto Trovisco, fez um pedido que não se compromete a que possa ser satisfeito pois no próximo ano a ideia é ajudar as Freguesias que mais necessidades sentem atualmente.-----

----- Como nota final referiu que a Câmara está empenhada em pagar as suas dívidas e isso está contemplado em Plano e Orçamento. Estão seguramente a pagar o passado e também o presente pois querem liquidar e devolver os recursos à Câmara Municipal para poder fazer aquilo a que está neste momento a candidatar-se.-----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Referiu que em relação ao que o Senhor

Presidente acabou de dizer, tendo inclusive, já deixado alguns números, o que é bom, pois no Plano que foi apresentado havia alguns que não estavam lá mas depois o Senhor Presidente falou em alguns projetos que estão contemplados. Quanto à questão da ambição que referiu na sua intervenção esclareceu que de facto é preciso tê-la, pois estão realmente preocupados com as pessoas que estão cá, e isso é fundamental, mas continua a dizer que esta Câmara não está preocupada em cativar outras pessoas para virem para cá e é nesta questão que faz com que ele diga que a ambição é curta. É preciso ter em conta que isto só se consegue com investimento. e, se continuam a estar preocupados só com os mais carenciados, e não quer dizer que nisso não seja necessário pois também faz parte do apoio que é preciso dar a pessoas menos favorecidas, criando-lhes condições mas também é necessário criar as melhores condições para que outros venham e isso passa pelo investimento na Zona Industrial, com a criação de postos de trabalho para que essas pessoas não sejam tão dependentes e que não venham para Macedo só porque cá dão muitos benefícios.-----

----- Ainda relativamente ao que o Senhor Presidente referiu em relação a três grandes investimentos, nomeadamente na Câmara Municipal, no Pavilhão Gimnodesportivo e o hangar no Heliporto. Quanto ao hangar na sua opinião a estrutura que está lá será mais que suficiente para já, pois de hoje para amanhã poderão até deixar de ter ali o helicóptero. Quanto à questão do Turismo que referiu na sua primeira intervenção, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que nos meses de junho, julho e agosto tiveram um enchente de pessoas em Macedo, e isso efetivamente é verdade mas, para que isso continue a acontecer têm de lhes criar condições pois, se não as tiverem vêm uma vez e não voltam. Quanto à questão do investimento na Albufeira do Azibo e no Geoparque e as condições que as pessoas recebem cá quando chegam como é também o caso de um Parque para as Caravanas, da Paragem de autocarros com turistas uma vez que a alavanca parece-lhe que passará mesmo pelo turismo.-----

----- **FRANCISCO JOSÉ CORREIA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: *“A revolta, a injustiça, a falta de humanismo e insensibilidade execrável me fizeram subir, de forma imprevista a este palanque, para dar voz àqueles que já não a têm e dar vida àqueles que a perderam. Forçosamente agrilhoados aos caprichos repelentes dos vendedores de ilusões colonialistas. Com eles também eu combati como oficial miliciano nas noturnas, inóspitas e traiçoeiras matas africanas. Muitos morreram a meu lado e o sangue que derramaram merece um eterno reconhecimento público, tanto mais que ele regou a terra onde desabrocharam os cravos encarnados do 25 de abril. Não fora esta Câmara e a oblação das suas vidas teria desaparecido imensuravelmente nas sombras do olvido. Por consequência, questionar sobre uma ótica económica e prioritária, a construção de um monumento a que subjaz a vida e o heroísmo dos nossos conterrâneos e economicamente a pôr no mesmo nível de uma mera paragem de autocarros é por demais vergonhoso e hediondo. Não me posso eximir ao facto de saber que a nível nacional sempre se quis cortar cerce ao heroísmo visível demonstrado pelos ex-combatentes. Ignorava no entanto que tal também acontecesse com alguns dos meus conterrâneos mas tem sempre razão e cada vez mais razão o épico ao escrever “gloriosa pátria que tais filhos honra”.-----*

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Referiu que neste momento estão a discutir o documento das opções do plano e orçamento para o ano dois mil e dezasseis, e a defesa que o Senhor Presidente da Câmara fez sobre o documento referido, nada tem a ver com o que o mesmo contém escrito. Cada vez mais se convence que estão ali num jogo de cartas e há sempre trunfos na manga que não colocam em cima da mesa. Disse aceitar e concordar com tudo quanto foi ali dito e defendido pelo Senhor Presidente mas já que são situações previstas para o futuro, estas deviam constar do documento e não retê-las como se elas fossem um trunfo que não quiseram colocar em cima da mesa. Deviam ter a documentação toda bem como todas as ideias que a Câmara pretende para o desenvolvimento do concelho. A forma como estão a lidar com esta situação no seu entender não é a mais correta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que respondeu ao Deputado Municipal, Carlos Camelo dizendo que a ambição da Câmara passa efetivamente por atrair as pessoas não só pelos incentivos financeiros que podem dar mas também por tudo aquilo que podem criar e foi precisamente por isto que falou na candidatura que estão a desenvolver para a conclusão efetiva do parque industrial que têm e que está situado na confluência dos Nó do IP2 e da A4 e que querem ver concluído porque há investidores interessados não só para investir mas também para criar postos de trabalho. E a ambição da Câmara vai tão longe que relativamente ao hangar onde não vêm o propósito deste pode dizer-lhe que pode ver ali uma futura escola de pilotos de helicópteros e o Pavilhão Desportivo acolhe diariamente cerca de quatrocentos alunos da escola. Este foi construído há trinta anos e está de portas abertas desde as oito horas da manha ate às vinte e quatro, e tendo em conta o seu desgaste necessita de ser requalificado porque faz falta a quem pratica desportivo.-----

----- Quanto à obra da Praça dos Combatentes disse ao Deputado Municipal, Francisco Correia que esta obra é o culminar de um processo iniciado há muito tempo com a decisão da eliminação do antigo cemitério e respetiva exumação e trasladação dos Corpos. Como é do conhecimento da grande maioria não estava inicialmente definido um destino para este espaço que anteriormente era uma área sagrada. Após longos anos de incerteza em relação à transformação deste lugar num local condigno, foi tomada a decisão de o redesenhar num espaço de homenagem aos antigos combatentes, alguns dos quais ali repousaram. Trata-se da criação de um espaço público que dará a devida dignidade a um local que esteve demasiados anos ao abandono. Foi uma opção consciente, de renovação, de homenagem e de legado para o futuro, sem desprimor para outras prioridades que hão-de, nesse mesmo futuro, ter o seu tempo.-----

----- Ao Deputado Municipal, João Rocha, informou que o pacto é público e sobre o plano estratégico ainda não pode falar porque está para aprovação sendo portanto extemporâneo falar dele.-----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Relativamente à intervenção

proferida pelo Deputado Municipal Francisco Correia, deixou expressa a sua admiração pela mesma, não só pelo seu conteúdo agressivo e ofendido de forma bastante extrema e exagerada, pois pensa que aquilo que referiu na sua intervenção sobre aquele monumento não era motivo para o Senhor Deputado reagir daquela forma. Em sua opinião, o que disse não desrespeitou, nem desrespeita pois tem muito respeito por quem combateu e por quem morreu em combate. Assim como tem respeito por quem morre em qualquer outra circunstância exercendo a sua profissão pois a todas respeita e todas são dignas, de louvar e de recordar. Aquilo que efetivamente disse na sua intervenção foi que quando não há dinheiro tem de haver prioridades e o recordar as pessoas mortas em combate também não tem de ser feito a qualquer custo e por qualquer preço. E, quando gastam cento e trinta e quatro mil euros num monumento aos mortos da guerra acha que podiam, com a mesma dignidade, por exemplo ao fundo do jardim municipal onde se encontram umas arcadas que nunca foram terminadas e já podiam ter sido retiradas de lá e naquele redondo podia muito bem ser erigido um monumento gastando muito menos e não seria menos digno. Este, já poderia ter sido feito há muito mais tempo e se calhar já teriam também nesta altura a paragem de camionagem. O que disse, frisou, foi que há prioridades e quando não há dinheiro tem de haver mais critério nessas prioridades. Aceita a reação do Senhor Deputado Municipal, Francisco Correia, a quente mas se calhar exagerou nas suas palavras e na reação que teve e naquilo que disse.-----

----- **DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente apreciado o documento, a Assembleia Municipal por maioria, com quarenta e três votos a favor e dezoito abstenções dos Deputados Municipais, Celina Martins, Benjamim Rodrigues, Maria Adelaide Baptista, Manuel Carvalho, Isabel Costa, Pedro Mascarenhas, Maria José Lima, Susana Viana, Carlos Camelo, Carla Palhau, João Rocha, Inácia Ferreirinha, Adalberto Fernandes, Fernando Ventura, Gilberto Pires, Inácio Roma, Manuel Mico e Manuel Santos, deliberou aprovar as Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezasseis.-----**